



COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto de Lei nº 344/11

Ementa: Institui no âmbito do Estado do Paraná, o ano do Sexagenário da Imigração e Colonização Suábica no Brasil e dá outras providências.


Art. 1º - Fica instituído no âmbito do Estado do Paraná, o ano do Sexagenário da Imigração e Colonização Suábica no Brasil, a ser celebrado em 2012, permitindo a realização de programações que realcem a passagem deste sexagenário.

Art. 2º - Considera-se o Distrito de Entre Rios – Município de Guarapuava, cidade berço da Imigração e Colonização Suábica no Estado do Paraná.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 31 de agosto de 2011.


ALEXANDRE CURTI
PRESIDENTE


RELATOR






COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto de Lei nº 563/11

Ementa: Declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais do Município de Santa Mônica.

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE, com sede no Município de Santa Mônica e foro na Comarca de Santa Isabel do Ivaí.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 30 de agosto de 2011.



**ALEXANDRE CURI
PRESIDENTE**



RELATOR





COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto de Lei nº 566/11

Ementa: Declara de Utilidade Pública Estadual a Associação dos Aquicultores dos Campos Gerais, com sede e foro no Município de Ponta Grossa.

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública Estadual a Associação dos Aquicultores dos Campos Gerais, com sede e foro no Município de Ponta Grossa.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 30 de agosto de 2011.



ALEXANDRE CURI
PRESIDENTE



RELATOR





Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Gabinete do Deputado Professor Lemos



PROJETO DE LEI Nº 366/11

SÚMULA: Altera a redação do artigo 1º, no que especifica, da Lei nº 15.876 de 07 de julho de 2008 que institui a meia-entrada para professores da rede de ensino público e particular em estabelecimentos que proporcionam lazer e entretenimento e estimulem a difusão cultural de todo o Estado do Paraná (Casas de diversões, praças desportivas e similares, que promovam espetáculos de lazer)

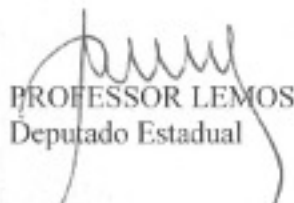
A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, nos termos do Art. 53 da Constituição do Estado do Paraná, promulga a seguinte Lei:

Art. 1º - O Art. 1º da Lei 15.876 de 07 de julho de 2008, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º - Fica assegurada aos professores e funcionários da rede de ensino público e particular de todo o território do estado do Paraná, que estejam exercendo suas funções, o pagamento de 50% (cinquenta por cento) do valor realmente cobrado para o ingresso em estabelecimentos e/ou casas de diversões, praças desportivas e similares, que promovam espetáculos de lazer, entretenimento e difusão cultural”

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sessão do Plenário, 02 de maio de 2011.


PROFESSOR LEMOS
Deputado Estadual



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Anibal Khury
Gabinete do Deputado Professor Lemos



JUSTIFICATIVA:

A alteração proposta no projeto de Lei em tela, visa assegurar aos funcionários de escola, o disposto na lei 15.876 de 07 de julho de 2008 que cria o benefício da meia-entrada para os professores no Estado do Paraná.

Desta forma, os funcionários de escola poderão também ter acesso facilitado e estimulado aos bens culturais, formas diversas de expressão, dos costumes e da ciência, disponíveis em nossa sociedade.

Assim, incentivar e oportunizar a participação também de funcionários em eventos culturais em seus mais variados aspectos é promover a cidadania que é uma das funções basilares do estado.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 366/11

Projeto de Lei nº. 366/11

Autor: Deputado Professor Lemos.

Súmula: Altera a redação do artigo 1º, no que especifica, da Lei nº. 15.876 de 07 de julho de 2008 que institui a meia-entrada para professores da rede de ensino público e particular em estabelecimentos que proporcionam lazer e entretenimento e estimulem a difusão cultural de todo o Estado do Paraná (Casas de diversões, praças desportivas e similares, que promovam espetáculos de lazer).

EMENTA: ALTERA O ART. 1º DA LEI 15.876 DE 07 DE JULHO DE 2008. MEIA-ENTRADA PARA FUNCIONÁRIOS DA REDE PÚBLICA OU PRIVADA DE ENSINO. POSSIBILIDADE. LEGITIMIDADE AFERIDA. ARTS. 63 E 65 DA CE. ART. 124 REGIMENTO INTERNO ALEP. CONSTITUCIONAL. PARECER PELA APROVAÇÃO.

PREÂMBULO

O Projeto de Lei de autoria do Deputado Professor Lemos tem como intuito alterar o artigo 1º da referida Lei, visando assegurar aos funcionários da rede pública e particular de ensino o benefício da meia-entrada, haja vista hoje a Lei só beneficia aos professores da rede de ensino.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no **artigo 33, §2º, I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33 – Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica:

§2º À Comissão de Constituição e Justiça compete:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Primeiramente cabe ressaltar que a Lei objeto da alteração, foi elaborada pela então Deputada Rosane Ferreira, no ano de 2008, beneficiando aos professores com o direito de pagar somente metade do ingresso para casas de diversão e cultura.

O processo legislativo no que se refere à Lei ordinária, que é o caso em tela, está tipificado na **CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ**, em seu artigo 63, inciso III, senão vejamos:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

Art. 63. O processo legislativo compreende a elaboração de:

III - leis ordinárias;

Sobre a iniciativa de Projetos de Lei, dispõe o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná:

Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão. (grifos nossos)

Ainda, sobre a iniciativa das Leis, oportuno observar a Constituição do Estado do Paraná, em seu art. 65:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (grifos nossos)



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

Como o Projeto de Lei em questão não está elencado no rol de exclusividade do Governador do Estado, a mesma possui a legalidade necessária para que tenha a sua aprovação.

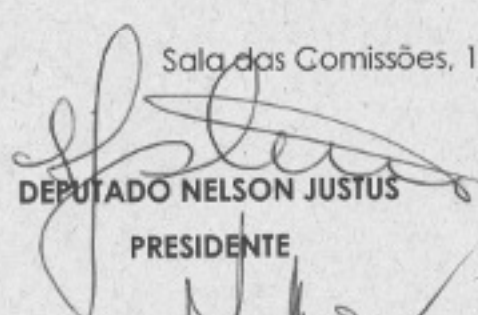
Diante do exposto, o Projeto sob análise está dentro da constitucionalidade exigida.

Por fim, quanto à técnica legislativa, inexistem óbices ao disposto pela Lei Complementar nº 95/98.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 14 de Maio de 2011.



DEPUTADO NELSON JUSTUS

PRESIDENTE



DEPUTADO NEREU MOURA

RELATOR



Comissão de Cultura

Projeto de Lei nº 366/11

Assunto: Altera a redação do artigo 1º, no que especifica, da Lei nº 15.876 de 07 de julho de 2008 que institui a meia-entrada para professores e funcionários da rede de ensino público e particular de todo o território do estado do Paraná, que estejam exercendo suas funções.

Autor: Deputado Estadual Professor Lemos

Parecer

O Projeto de Lei nº 366/11, em referência, de autoria do Deputado Professor Lemos, altera a redação do artigo 1º, da Lei 15.876 de 07 de julho de 2008 e através de seu artigo 1º, objetiva *"assegurar aos professores e funcionários da rede de ensino público e particular de todo território do Estado do Paraná, que estejam exercendo suas funções, o pagamento de 50% (cinquenta por cento) do valor realmente cobrado para o ingresso em estabelecimentos e/ou casas de diversão, praças desportivas e similares, que promovam espetáculos de lazer, entretenimento e difusão cultural"*.

Ao analisar o Projeto de Lei nº 366/11, esta Comissão observou que o benefício da meia-entrada para professores já está previsto na Lei Estadual nº 15.876, de 07 de julho de 2008. Salientamos que a diferença entre a lei estadual e o projeto apresentado reside na extensão dos benefícios a todos os funcionários da rede de ensino público e particular, fato que não ocorre na legislação estadual vigente, que prevê meia-entrada apenas para professores.

É incontestável o valor social da pretendida alteração. Tanto professores quanto funcionários da rede de ensino precisam ter acesso facilitado a manifestações artísticas e esportivas de nossa cultura. Não se trata apenas de proporcionar-lhe lazer, embora isto também seja relevante. Importa, acima de tudo, estimular a integração social, criar-lhes espaços de reflexão, auxiliar no desenvolvimento de sua capacidade cognitiva e crítica, enfim, impulsionar sua formação ampliando seus conhecimentos como formadores de opinião, podendo transferir isso aos alunos e demais colegas de trabalhos. E é exatamente isto que o projeto em análise objetiva proporcionar. Ele atende a parte significativa do art. 6º da Constituição Federal, segundo o qual são direitos sociais fundamentais, entre outros, o lazer e a educação.

Restam compatibilizados, os princípios constitucionais da livre iniciativa, da função social da propriedade e da redução das desigualdades regionais e sociais. Afinal de contas, se é papel do Estado zelar pelo desenvolvimento da

economia do País, ele o faz, em última análise, com vistas a estimular o desenvolvimento social.

Assim, do ponto de vista dessa Comissão de Cultura, sustenta-se a proposta em análise à luz do princípio da função social da propriedade e, ademais, em dispositivos expressos da Constituição da República, em especial o seu art. 6º, que relaciona o lazer e a educação como direitos fundamentais do homem.

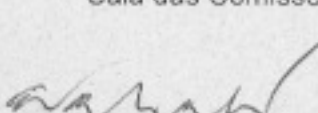
Entendemos, porém, que a legislação vigente que concede a meia-entrada deve ser aprimorada e a tramitação do projeto ora em estudo pode constituir uma oportunidade para promover esse aprimoramento.



Destarte, qualquer distinção feita por lei é válida, desde que o fator distintivo esteja a serviço de uma finalidade acolhida pelo direito. O que queremos dizer, com isso, é que qualquer tratamento especial a um determinado grupo deve ser uma medida que reduza os elementos que tornam esse grupo desigual na sociedade.

Assim, por estar em consonância com vários princípios, tais como os da igualdade, função social da propriedade, solidariedade, entre outros, concluímos pela aprovação do Projeto de Lei nº 366/11 ampliando, dessa forma o benefício aos funcionários da rede de ensino.

É como opinamos.

Sala das Comissões, 08 de junho de 2011.


Comissão de Cultura



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO
PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 366/11

PREÂMBULO

O presente projeto de lei de autoria do Deputado Professor Lemos, tem por objetivo alterar redação do artigo 1º da Lei nº 15876/08, que institui a meia-entrada para professores da rede de ensino público e particular em estabelecimentos que proporcionam lazer e entretenimento e estimulem a difusão cultural de todo o Estado do Paraná.

DA TRAMITAÇÃO

Após pareceres favoráveis da Comissão de Constituição e Justiça e da Comissão de Cultura, encaminhou-se o presente Projeto de Lei para análise nesta Comissão de mérito.

DO MÉRITO

A matéria em referência visa assegurar aos funcionários de escola o benefício da meia-entrada concedido aos professores através da Lei nº 15876/08, estimulando assim, o acesso aos bens culturais.


DA CONCLUSÃO

Assinatura manuscrita em tinta preta, com traços fluidos e uma estrela estilizada no final.

Desta forma, chamada esta relatoria a se manifestar, entendemos ser a matéria meritória e por **não haver óbice**, exaramos parecer pela normal tramitação do presente Projeto de Lei.

Assim, somos por sua **APROVAÇÃO**.

Sala das Comissões, 05 de junho de 2011.



DEPUTADO ANDRÉ BUENO
PRESIDENTE



DEPUTADO TONINHO WANDSCHEER
RELATOR



Ngr



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Educação

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 366/2011

Projeto de Lei nº. 366/2011

Autoria: Dep. Professor Lemos

Súmula: Altera a redação do artigo 1º, no que especifica, da Lei nº 15.876 de 07 de julho de 2008 que institui a meia-entrada para professores da rede de ensino público e particular em estabelecimentos que proporcionam lazer e entretenimento e estimulem a difusão cultural de todo o Estado do Paraná (Casas de diversões, praças desportivas e similares, que promovam espetáculos de lazer).

O presente Projeto de Lei, de autoria do Deputado Professor Lemos, tem por objetivo alterar a redação da Lei 15.876/2008, concedendo o benefício do pagamento da meia entrada em espetáculos de lazer, entretenimento e difusão cultural a todos os funcionários da rede de ensino público e particular.

Recebeu parecer favorável nas Comissões de Constituição e Justiça, de Cultura e de Indústria e Comércio, sendo agora esta Comissão chamada a se manifestar, nos termos do artigo 33-G do Regimento Interno desta Casa.

No que se refere ao objeto de análise desta Comissão, constatamos que o único objetivo do projeto em tela é estender o benefício do pagamento de meia entrada a todos os funcionários da rede de ensino público e particular, sendo que a Lei original alcançava apenas os professores.

Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Educação

A concessão do benefício aos funcionários das escolas amplia o acesso à cultura, somando valores às pessoas responsáveis por educar e repassar tais valores à sociedade. É um meio de assegurar com que as pessoas que convivem diariamente com os alunos estejam atualizadas nos assuntos de interesse deles.

Desta forma, o parecer desta Comissão é **FAVORÁVEL** à continuidade de sua tramitação, razão pela qual somos pela **APROVAÇÃO** do presente projeto.

Sala das Comissões, 13 de julho de 2011.

EVANDRO JR.
Vice-Presidente

ANIBELLI NETO
Relator



GABINETE DEPUTADO ROBERTO ACIOLLI

PROJETO DE LEI Nº 373/11



Súmula: Determina a aplicação prática de conteúdo do §5º do artigo 150 da Constituição Federal em todo Estado do Paraná.

Art. 1º - Determina a obrigatoriedade em todo o Estado do Paraná da discriminação, na nota fiscal ou nos locais de exposição das mercadorias, dos impostos incididos sobre os produtos e serviços.

Art. 2º - Determina que o estabelecimento que preste serviços e forneça produtos tenha, em tabela, os valores do que se oferece discriminados com apontamento dos impostos e tributos.

§1º - A informação não pode estar restrita somente a impostos, devendo abranger todos os tributos que são inseridos sobre as mercadorias e os serviços prestados.

§2º - Dentre o que será discriminado devem estar impostos e tributos que afetem diretamente o valor do produto ou aqueles que incidem sobre o resultado da operação, seja ela de que natureza for.

Art. 3º - Os Estabelecimentos terão 90 (noventa) dias para se adequar a Lei.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 03 de abril de 2011.

Roberto Acioli
DEPUTADO ROBERTO ACIOLLI - PV



JUSTIFICATIVA: O artigo que deve ser regulamentado diz que: "A Lei determinará medidas para que os consumidores sejam esclarecidos acerca dos impostos que incidam sobre mercadorias e serviços".

O movimento pede para que essa transparência na cobrança dos impostos chegue ao cidadão por meio de inserção do valor dos tributos na nota fiscal de cada produto ou serviço que se compra.

Em um País em que a carga tributária não cessa de crescer, saber o quanto se paga em impostos é essencial para que os cidadãos se reconheçam como contribuintes e passem a exigir do Governo uma contrapartida em serviços comensuráveis com o volume de recursos arrecadados.

As classes mais carentes são os que mais pagam. Estudos recém divulgados pelo IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) estimam que, em 2008 os impostos abocanharam mais da metade (54%) do que ganharam as famílias com renda de até dois salários mínimos mensais, mas menos de um terço (29%) dos ganhos das famílias com renda acima de 30 salários mínimos.

Pesquisa encomendada pela Associação Comercial de São Paulo ao Ipsos/Opinion mostrou que 74% dos brasileiros não sabem quanto pagam de Imposto nos bens e serviços que consomem, mas revelou também que 93% dos entrevistados gostariam de ser informados a respeito. Ainda segundo a pesquisa 93% das pessoas consideram que os recursos são mal aplicados.

Esses números indicam que os itens para os quais a população mais pobre destina grande parte de sua renda, como alimentação, transporte, habitação e vestuário, são os mais fortemente tributados. Entretanto, por incidir sobre o consumo, boa parte dos impostos são invisíveis para os consumidores. É o caso de tributos indiretos, como o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços, os quais estão embutidos no preço final de mercadorias e serviços.

Pagar imposto é necessário e uma obrigação do cidadão para manter os gastos do Estado e custear os serviços Públicos, mas o contribuinte tem o direito de saber o quanto paga e o quanto é gasto. Tem que haver sempre uma relação positiva entre o valor dos tributos que se paga e o retorno que o cidadão recebe do Estado.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

PARECER AO PROJETO DE LEI 379/11

Projeto de Lei nº 379/11

Autor: Deputado Estadual Roberto Aciolli

Súmula: Determina a aplicação prática de conteúdo do §5º do artigo 150 da Constituição Federal em todo Estado do Paraná.

EMENTA: TRIBUTOS. DISCRIMINAÇÃO NA NOTA FISCAL OU NOS LOCAIS DE EXPOSIÇÃO DAS MERCADORIAS DOS TRIBUTOS QUE INCIDEM SOBRE PRODUTOS OU SERVIÇOS. POSSIBILIDADE. CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. LEI FEDERAL Nº 8.078/90. CONSTITUIÇÃO FEDERAL ART. 24. CONSTITUCIONALIDADE. LEGALIDADE. APROVAÇÃO. PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Estadual Roberto Aciolli, tem como finalidade determinar a obrigatoriedade em todo o Estado do Paraná da discriminação na nota fiscal ou nos locais de exposição das mercadorias, dos tributos incididos sobre os produtos e serviços.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, §2º, I do REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33 – Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica:

§2º À Comissão de Constituição e Justiça compete:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Inicialmente, cumpre salientar que a **CONSTITUIÇÃO FEDERAL** no inciso IX do artigo 24, estabelece como competência concorrente entre União, Estado e Distrito Federal as leis que disponham sobre o desporto:

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

(...)

V - produção e consumo;

(...)



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

VIII - responsabilidade por dano ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico; (Grifo nosso)

No mesmo sentido, o artigo 13 da CONSTITUIÇÃO ESTADUAL, assim dispõe:

Art. 13. Compete ao Estado, concorrentemente com a União, legislar sobre:

(...)

V - produção e consumo;

(...)

VIII - responsabilidade por dano ao meio ambiente, ao consumidor e a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico; (Grifo nosso)

A própria Constituição Estadual, também, garante ao parlamentar o direito à propositura de leis:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Observando o referido projeto de lei, apesar de determinar que os TRIBUTOS devem ser discriminados nas notas fiscais que incidem sobre produtos ou serviços; existe uma correlação direta com a área do direito referente ao "DIREITO DO CONSUMIDOR".



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

Sendo assim, deve-se ressaltar o CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR (Lei Federal nº 8.078 de 11 de setembro de 1990) que determina expressamente as informações que o consumidor DEVE receber:

Art. 6º São direitos básicos do consumidor:

(...)

III - a informação adequada e clara sobre os diferentes produtos e serviços, com especificação correta de quantidade, características, composição, qualidade e preço, bem como sobre os riscos que apresentem;

(Grifo nosso)

Art. 31. A oferta e apresentação de produtos ou serviços devem assegurar informações corretas, claras, precisas, ostensivas e em língua portuguesa sobre suas características, qualidades, quantidade, composição, preço, garantia, prazos de validade e origem, entre outros dados, bem como sobre os riscos que apresentam à saúde e segurança dos consumidores.

(Grifo nosso)

Deste modo, nota-se que o dispositivo normativo supramencionado determina que os Consumidores DEVEM ser informados corretamente sobre todos os aspectos que envolvam o produto ou o serviço; inclusive sobre o preço no qual estão incluídos os tributos.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

Aliás, para finalizar, a própria CONSTITUIÇÃO FEDERAL determina que os Consumidores devem ser informados dos tributos incidentes sobre os produtos e serviços, como pode ser observado:

Art. 150. Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:

§ 5º - A lei determinará medidas para que os consumidores sejam esclarecidos acerca dos impostos que incidam sobre mercadorias e serviços. (Grifo nosso)

Logo, devido ao fato dos Estados legislarem CONCORRENTEMENTE sobre a matéria em questão e, ainda, sob o respaldo da CONSTITUIÇÃO FEDERAL e do CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR o referido projeto encontra-se devidamente amparado pelo ordenamento jurídico brasileiro

No que se refere a Lei de Responsabilidade Fiscal, o projeto em tela encontra-se sob o amparo constitucional e legal, uma vez que a medida não acarretará acréscimo orçamentário e financeiro.

Por fim, no que tange à elaboração legislativa, o projeto em análise não encontra óbice na Lei Complementar nº. 95/98.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 24 de maio de 2011.



DEPUTADO NELSON JUSTUS

PRESIDENTE

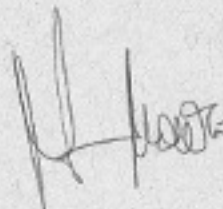

DEPUTADO CAIO QUINTANA

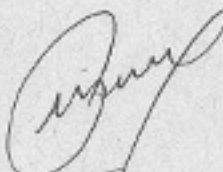

RELATOR











COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 379/2011

I – SÍNTESE FÁTICA

O ilustre Deputado Estadual Roberto Aciolli apresentou o presente Projeto de Lei visando regulamentar o art. 150, § 5º da Constituição Federal. A Comissão de Constituição e Justiça aprovou-o e, por conseguinte, ocorreu o seu encaminhamento a esta Comissão de Defesa do Consumidor, com a minha escolha como Deputado Relator.

O referido dispositivo constitucional que o Projeto regulamenta versa sobre os esclarecimentos aos consumidores a respeito dos impostos incidentes no consumo: *"A lei determinará medidas para que os consumidores sejam esclarecidos acerca dos impostos que incidam sobre mercadorias e serviços."*

Pois bem, ainda antes de se adentrar a análise de mérito do presente Projeto, cabe destacar a sua importância para a transparência. Isso porque alertará a população de nosso Estado acerca dos tributos que incidem sobre os produtos e serviços consumidos cotidianamente.

II – MÉRITO

Fazendo-se uma leitura desatenta do texto constitucional, pode parecer que este Projeto é inconstitucional, na medida em que a matéria em questão versa indiretamente sobre tributos, tendo em vista que o art. 61 da Constituição tem redação dúbia a respeito da iniciativa sobre matéria tributária:

Art. 61. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

§ 1º - São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que:

I - fixem ou modifiquem os efetivos das Forças Armadas;

II - disponham sobre:

a) criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica ou aumento de sua remuneração;

b) organização administrativa e judiciária, matéria tributária e orçamentária, serviços públicos e pessoal da administração dos Territórios;

Não bastasse isso, a Corte Constitucional brasileira já decidiu que as normas que tratem de processo legislativo prevista na Constituição Federal, são de observância obrigatória pelos Estados da Federação:

Processo legislativo dos Estados-membros: absorção compulsória das linhas básicas do modelo constitucional federal - entre elas, as decorrentes das normas de reserva de iniciativa das leis -, dada a implicação com o princípio fundamental da separação e independência dos Poderes: jurisprudência consolidada do Supremo Tribunal. Processo legislativo: reserva de iniciativa do Poder Executivo para legislar sobre matéria concernente a servidores públicos da administração direta, autarquias e fundações públicas.

(ADI 637, Relator(a): Min. SEPÚLVEDA PERTENCE, Tribunal Pleno, julgado em 25/08/2004, DJ 01-10-2004 PP-00009 EMENT VOL-02168-01 PP-00047 LEXSTF v. 26, n. 312, 2005, p. 63-71 RTJ VOL-00194-01 PP-00017)

Ocorre, contudo, que o Supremo Tribunal Federal já pacificou que as restrições à iniciativa de propositura de leis devem ser interpretadas de forma restritiva, justamente por versar sobre restrição à atividade parlamentar. Nesse contexto, as normas tributárias que são de iniciativa privativa do Chefe do Poder Executivo se aplicam tão somente aos territórios:

EMENTA: ADI - LEI Nº 7.999/85, DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, COM A REDAÇÃO QUE LHE DEU A LEI Nº 9.535/92 - BENEFÍCIO TRIBUTÁRIO - MATÉRIA DE INICIATIVA COMUM OU CONCORRENTE - REPERCUSSÃO NO ORÇAMENTO ESTADUAL - ALEGADA USURPAÇÃO DA CLÁUSULA DE INICIATIVA RESERVADA AO CHEFE DO PODER EXECUTIVO - AUSÊNCIA DE PLAUSIBILIDADE JURÍDICA - MEDIDA CAUTELAR INDEFERIDA. - A Constituição de 1988 admite a iniciativa parlamentar na instauração do processo legislativo em tema de direito tributário. - A iniciativa reservada, por constituir matéria de direito estrito, não se presume e nem comporta interpretação ampliativa, na medida em que - por implicar limitação ao poder de instauração do processo legislativo - deve



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

necessariamente derivar de norma constitucional explícita e inequívoca. - O ato de legislar sobre direito tributário, ainda que para conceder benefícios jurídicos de ordem fiscal, não se equipara - especialmente para os fins de instauração do respectivo processo legislativo - ao ato de legislar sobre o orçamento do Estado.

(ADI 724 MC, Relator(a): Min. CELSO DE MELLO, Tribunal Pleno, julgado em 07/05/1992, DJ 27-04-2001 PP-00056 EMENT VOL-02028-01 PP-00065)

No mais, a competência para legislar em matéria tributária é concorrente entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios, exatamente nos moldes da competência para legislar sobre consumo, art. 24, incisos I e V, respectivamente.

Desse modo, nada impede que o Estado legisle sobre o assunto ainda antes de haver federal.


Assim sendo, não havendo restrição constitucional para que um parlamentar da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná proponha lei para regulamentar a transparência dos tributos que incidam sobre produtos e serviços, merece seguimento com louvor o presente Projeto.

III - CONCLUSÃO

Pelo exposto acima, o parecer deste relator opina pela aprovação do presente Projeto de Lei, posto que estabelece maior transparência para os consumidores de nosso Estado.

Sala das Comissões, 11 de julho de 2011.

DEPUTADO LEONALDO PARANHOS
PRESIDENTE


DEPUTADO PÉRICLES DE HOLLEBEN MELLO
RELATOR


2011 07 11



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO
PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 379/11

PREÂMBULO

O presente projeto de lei de autoria do Deputado Roberto Aciolli, tem por objetivo determinar a aplicação prática de conteúdo do § 5º do artigo 150 da Constituição Federal.

DA TRAMITAÇÃO

Após pareceres favoráveis da Comissão de Constituição e Justiça e da Comissão de Defesa do Consumidor, encaminhou-se o presente Projeto de Lei para análise nesta Comissão de mérito.

DO MÉRITO

A proposta do nobre parlamentar visa mostrar ao cidadão o quanto se paga, em impostos, a cada produto adquirido, bem como, exigir do Governo a contrapartida em serviços de acordo com o montante arrecadado.

Louvável a iniciativa do autor, com objetivo de dar maior transparência tributária ao consumidor.

Assinatura manuscrita em tinta preta, com traços fluidos e uma longa horizontal final.

DA CONCLUSÃO

Desta forma, chamada esta relatoria a se manifestar, entendemos ser a matéria meritória e por **não haver óbice**, exaramos parecer pela normal tramitação do presente Projeto de Lei.

Assim, somos por sua **APROVAÇÃO**.

Sala das Comissões, 06 de junho de 2011.



DEPUTADO ANDRÉ BUENO

PRÉSIDENTE



DEPUTADO JONAS GUIMARÃES

RELATOR

